

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 15/2022 - PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES

1.0 INTRODUÇÃO

1.0.1. Em atendimento ao disposto no artigo 14 da Lei 8.666/93, no artigo 3º, Incisos I a III, da Lei nº 10.520/2002, nos incisos I, III, V e do Decreto 10.024/2019, bem como o disposto no Decreto 7.892/2013 e suas alterações, e Instrução Normativa nº 004/2008 – TRE-RO elaboramos o presente Termo de Referência.

2.0 DO OBJETO

2.0.1. Formação de Ata de Registro de Preços para aquisição de **Materiais de Consumo – Farmacológicos**, conforme especificações e quantidades descritas nas tabelas abaixo:

ITEM	QUANT	UNIDADE	MATERIAL
1	2400	COMPRIMIDO	Amoxicilina / clavulanato 500 mg / 125 mg, comprimido, Com validade mínima remanescente de 18 meses
2	2400	CÁPSULA	Amoxicilina 500 mg, cápsulas, Com validade mínima remanescente de 18 meses
3	2000	COMPRIMIDO	Azitromicina 500 mg, comprimido. Com validade mínima remanescente de 12 meses.
4	560	COMPRIMIDO	Levofloxacino 500 mg, comprimido. Com validade mínima remanescente de 12 meses
5	2000	CÁPSULA	Lactobacillus acidophilus NCFM, Lactobacillus paracasei Lpc-37, Bifidobacterium lactis BI-04, Bifidobacterium lactis Bi-07 e Bifidobacterium bifidum Bb-02, estabilizante celulose microcristalina e antiumectante dióxido de silício. 1 capsula contém 2 x 10 ¹⁰ (20 bilhões) microrganismos probióticos, cápsulas. Com validade mínima remanescente de 12 meses.
6	2000	FLACONETE	Saccharomyces cerevisiae 100 milhões/ml, flaconetes de 5 ml. Com validade mínima remanescente de 12 meses.
7	30	TUBO	Triancinolona acetona Tópico Pomada bucal - base emoliente para uso odontológico, tubo 10 g. Com validade mínima remanescente de 12 meses
8	30	TUBO	Nistatina creme, 25.000 UI/g, embalagem com 60 g + aplicador. Com validade mínima remanescente de 12 meses.
9	200	CÁPSULA	Fluconazol 150mg, cápsula, Com validade mínima remanescente de 12 meses
10	500	COMPRIMIDO	Albendazol 400 mg, comprimido. Com validade mínima remanescente de 12 meses.
11	200	COMPRIMIDO	Secnidazol 1000mg, comprimido. Com validade mínima remanescente de 12 meses.
12	1000	COMPRIMIDO	Dipirona Sódica 500 mg, comprimido. Com validade mínima remanescente de 12 meses.

13	800	COMPRIMIDO	Ácido acetilsalicílico, 400 mg; Maleato de dexclorfeniramina, 1 mg; Cloridrato de fenilefrina, 10 mg ; Cafeína, 30 mg, comprimido. Prazo mínimo de validade remanescente de 12 meses
14	40	FRASCO	Acetilcisteína 20mg/ml xarope, frasco com 120 ml, Com validade mínima remanescente de 12 meses
15	2000	COMPRIMIDO	dipirona sódica monoidratada 300 mg, citrato de orfenadrina 35 mg, cafeína 50 mg, comprimido. Com validade mínima remanescente de 12 meses
16	1200	COMPRIMIDO	cloridrato de ciclobenzaprina 5 mg, Com validade mínima remanescente de 12 meses
17	2000	CÁPSULA	Polivitamínico do complexo B, via oral, cápsulas. Prazo mínimo de validade remanescente de 12 meses
18	600	PASTILHA	Cloreto de cetilpiridínio 1,446 + benzocaína 10mg, pastilha. Prazo mínimo de validade remanescente de 12 meses
19	20	FRASCO	Solução nasal de cloreto de sódio 0,9%, Frasco spray 100ml Prazo mínimo de validade remanescente de 12 meses
20	30	TUBO	Gel com 10 mg/g (escina) + 50 mg/g (salicilato de dietilamônio). Bisnagas com 30 g. Prazo mínimo de validade remanescente de 12 meses
21	200	PACOTE	Absorvente higiênico feminino, descartável, com abas, 03 (três) linhas adesivas,tamanho normal. Embalagem em pacote contendo 08 (oito) unidades. Prazo mínimo de validade remanescente de 12 meses
22	1200	COMPRIMIDOS	Valeriana 50 mg, cápsula, Prazo mínimo de validade remanescente de 12 meses
23	2400	COMPRIMIDO	Complexo Homeopático Almeida Prado nº18, comprimidos, Prazo mínimo de validade remanescente de 12 meses
24	100	PACOTE	lenço umedecido com fragrância para bebês 50 folhas. Com validade mínima remanescente de 12 meses
25	60	FRASCO	Hidróxido de alumínio 37mg/ml+hidróxido de magnésio 40 mg/ml + simeticona 5mg/ml, com sabor, sem açúcar, suspensão oral, frasco com 240 ml. Com validade mínima remanescente de 12 meses.

3.0 – DA JUSTIFICATIVA

3.0.1. Em atendimentos ao art. 2º da IN nº 004/2008- TRE-RO, este instrumento foi elaborado em conformidade com os seus princípios basilares, quais sejam: planejamento e objetividade.

3.0.2. Com a participação dos servidores do SAMES foi realizado levantamento de necessidades e, considerada a disponibilidade orçamentária, e elaboramos este pedido, tendo-se em vista o atendimento das de material farmacológico no atendimento ambulatorial aos magistrados, servidores e seus dependentes.

3.0.3. Justificamos a aquisição de materiais de consumo farmacológico e medicamentos para a utilização nas dependências do TRE-RO pelas seguintes razões:

3.0.3.1 Os recursos financeiros disponíveis para custeio da saúde dos servidores têm sido utilizados na totalidade para cobrir as despesas com o plano de saúde contratado com a Unimed Porto Velho. Não dispomos do ressarcimento farmacológico;

3.0.3.2 A necessidade de adquirirmos materiais farmacológicos considerados fundamentais para mantermos suprimento regular e prestarmos assistência adequada e imediata aos servidores em serviço, sempre que se fizer necessário, conforme determina a RESOLUÇÃO Nº 03 DE 31 DE MARÇO DE 2015, Art. 3º:

3.1. DA ASSISTÊNCIA DIRETA

3.1.1. A Resolução 03/2015 TRE-RO versa:

Art. 3º A assistência direta será realizada nas dependências do TRE-RO pelos profissionais de apoio especializado da área de saúde do seu quadro de servidores e compreenderá:

I – Assistência médica voltada ao atendimento ambulatorial, pronto-atendimento, pequenas urgências, perícias, licenças médicas e exames periódicos;

II – Assistência odontológica com enfoque na prevenção de patologias bucais, limitada aos atendimentos de emergência, aos casos de perícia odontológica, dentística não laboratorial, cirurgia oral menor, radiografias periapicais e interproximais;

III – fornecimento de medicação básica relativa ao pronto atendimento.

3.1.2. A existência da Seção de Assistência Médica e Social, diretamente vinculada à Secretaria de Gestão de Pessoas, o qual tem por função exercer todas as atividades relacionadas com o atendimento médico, odontológico e social aos servidores e seus dependentes, membros do Tribunal e servidores à disposição da Justiça Eleitoral é a demonstração clara da importância dada pelo Tribunal com o cuidado e a valorização de todos que aqui laboram. Tal preocupação foi ratificada no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO do Tribunal quando definiu como um de seus objetivos estratégicos o "**aperfeiçoamento da gestão de pessoas**". A aquisição pretendida vai justamente ao encontro desse objetivo, uma vez que o aperfeiçoamento se materializará na ampliação e na qualidade do atendimento do serviço médico e odontológico que é hoje prestado pela SAMES.

3.1.3. O quantitativo ora solicitado foi obtido levando-se em consideração o consumo em anos anteriores.

3.2. DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

3.2.1. Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

3.2.2. Além disso, o objeto deste Termo de Referência vem ao encontro do planejamento estratégico deste Tribunal, especialmente: **aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas**

3.3. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

3.3.1. Respeitados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, a CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade e de natureza ambiental na execução dos serviços, devendo observar, no que for cabível, a Instrução Normativa n. 01 de janeiro de 2010, da SLTI do MPOG, que versa sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços e obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e a Lei n. 12.305/2010 que institui a Política nacional de Resíduos Sólidos.

3.3.2. Deverá ainda atender, no que couber, ao Decreto n. 7746/2012, de 05/06/2012, que estabelece critérios, prática e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, dentre outras:

- a) menor impacto sobre recursos naturais como a flora, fauna, ar, solo e água;
- b) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e,
- f) Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

4.0 – DA FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. DA NECESSIDADE DE FORMAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1.1. É conveniente para a Administração que os materiais ora solicitados sejam adquiridos de forma parcelada pelas seguintes razões:

- a) A formação de registro de preços independe de indicação da dotação orçamentária (art. 7º, § 2º, do Decreto 7892/2013). Isso implica em dizer que a Administração não precisa esperar que se libere o orçamento da União para deflagrar o certame. A formação de registro de preços, de imediato, permite que as aquisições ocorram com celeridade, tão logo haja a indicação da fonte orçamentária, resultando em eficiência nas atividades administrativas.
- b) A formação de registro de preços permite a otimização do espaço disponível. A compra de todos os materiais para todo o exercício demandaria um espaço físico deveras elevado se a aquisição se desse em parcela única, não havendo espaço disponível para isso.
- c) alguns itens em questão possuem estoque atual, cuja aquisição não necessita ser imediata, mas que certamente se dará no curso do exercício. Além disso, ainda não é possível prever com exatidão a expectativa de consumo para o exercício de 2022, pois a incidência de enfermidades não permite previsão precisa, sendo possível estimar apenas um consumo aproximado.
- d) por fim, o registro de preços contempla a sistemática da IRP (Intenção de Registro de Preços), permitindo a contratação para atendimento de mais de um órgão da Administração Pública, gerando economia de escala com o aumento do quantitativo a ser licitado.

Registre-se que não há Registro de Preços vigente ou compromissário para fornecimento de materiais farmacológico ao TRE-RO.

Dadas as circunstâncias, entendemos pertinente a adoção do sistema de registro de preços, fundada no art. 3º e incisos, do Decreto 7.892/2013, observadas as alterações promovidas pelo Decreto 8.250/2014, e Decreto 9.488/2018, no que couber.

4.2. DO REGISTRO DE “IRP” E DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES DO CERTAME

4.2.1. Em atenção ao disposto no art. 4º do Decreto 7.892/2013, a Seção de Assistência Médica manifesta-se favoravelmente à divulgação do registro de Intenção de Registro de Preços (IRP) por entender ser iniciativa salutar, que pode contribuir para o ganho em escala, caso haja interesse por outros órgãos integrantes do sistema SIASG.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

4.2.2. Outrossim, durante sua vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal ou órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência deste órgão gerenciador e aceitação do fornecedor.

4.2.3. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes (conforme § 3º do art. 22 do Decreto nº 7.892/2013).

4.2.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes (consoante o § 4º, do art. 22, do Decreto nº 7.892/2013), independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

4.2.5. Ademais, para o procedimento de Adesão à ARP, será observado o disposto no Decreto 7.892/2013, com as alterações posteriores, e na Instrução Normativa nº 04/2008 deste Tribunal.

4.3. DA VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇOS

4.3.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 meses, contada da publicação.

5.0 – DO VALOR E DA PREVISÃO DE AQUISIÇÕES

Nos termos do art. 15, §2º, do Decreto 10.024/19, o valor estimado do certame será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

5.1 DO CRONOGRAMA DE AQUISIÇÕES

5.1.1. Por fim, o quantitativo registrado não vincula a Administração à sua aquisição, o que ocorrerá de acordo com a necessidade e a disponibilidade orçamentária. Nessas circunstâncias, buscar-se-á a contratação dentro do cronograma abaixo:

ITEM	QUANT	UNIDADE	MATERIAL	quant 2022	quant 2023
1	2400	COMPRIMIDO	Amoxicilina / clavulanato 500 mg / 125 mg, comprimido, Com validade mínima remanescente de 18 meses	1200	1200
2	2400	CÁPSULA	Amoxicilina 500 mg, cápsulas, Com validade mínima remanescente de 18 meses	1200	1200
3	2000	COMPRIMIDO	Azitromicina 500 mg, comprimido. Com validade mínima remanescente de 12 meses.	1000	1000
4	560	COMPRIMIDO	Levofloxacino 500 mg, comprimido. Com validade mínima remanescente de 12 meses	280	280



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

5	2000	CÁPSULA	Lactobacillus acidophilus NCFM, Lactobacillus paracasei Lpc-37, Bifidobacterium lactis BI-04, Bifidobacterium lactis Bi-07 e Bifidobacterium bifidumBb-02, estabilizante celulose microcristalina e antiumectante dióxido de silício. 1 capsula contém 2 x 10 ¹⁰ (20 bilhões) microrganismos probióticos, cápsulas. Com validade mínima remanescente de 12 meses.	1000	1000
6	2000	FLACONETE	Saccharomyces cerevisiae 100 milhões/ml, flaconetes de 5 ml. Com validade mínima remanescente de 12 meses.	1000	1000
7	30	TUBO	Triancinolona acetona Tópico Pomada bucal - base emoliente para uso odontológico, tubo 10 g.Com validade mínima remanescente de 12 meses	15	15
8	30	TUBO	Nistatina creme, 25.000 UI/g, embalagem com 60 g + aplicador. Com validade mínima remanescente de 12 meses.	15	15
9	200	CÁPSULA	Fluconazol 150mg, cápsula, Com validade mínima remanescente de 12 meses	100	100
10	500	COMPRIMIDO	Albendazol 400 mg, comprimido. Com validade mínima remanescente de 12 meses.	250	250
11	200	COMPRIMIDO	Secnidazol 1000mg, comprimido. Com validade mínima remanescente de 12 meses.	100	100
12	1000	COMPRIMIDO	Dipirona Sódica 500 mg, comprimido. Com validade mínima remanescente de 12 meses.	500	500
13	800	COMPRIMIDO	Ácido acetilsalicílico, 400 mg; Maleato de dexclorfeniramina, 1 mg; Cloridrato de fenilefrina, 10 mg ; Cafeína, 30 mg, comprimido. Prazo mínimo de validade remanescente de 12 meses	400	400
14	40	FRASCO	Acetilcisteína 20mg/ml xarope, frasco com 120 ml, Com validade mínima remanescente de 12 meses	20	20
15	2000	COMPRIMIDO	dipirona sódica monoidratada 300 mg, citrato de orfenadrina 35 mg, cafeína 50 mg, comprimido. Com validade mínima remanescente de 12 meses	1000	1000
16	1200	COMPRIMIDO	cloridrato de ciclobenzaprina 5 mg, Com validade mínima remanescente de 12 meses	600	600
17	2000	CÁPSULA	Polivitamínico do complexo B, via oral, cápsulas. Prazo mínimo de validade remanescente de 12 meses	1000	1000
18	600	PASTILHA	Cloreto de cetilpiridínio 1,446 + benzocaína 10mg, pastilha. Prazo mínimo de validade remanescente de 12 meses	300	300
19	20	FRASCO	Solução nasal de cloreto de sódio 0,9%, Frasco spray 100ml Prazo mínimo de validade remanescente de 12 meses	10	10
20	30	TUBO	Gel com 10 mg/g (escina) + 50 mg/g (salicilato de dietilamônio). Bisnagas com 30 g. Prazo mínimo de validade remanescente de 12 meses	15	15



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

21	200	PACOTE	Absorvente higiênico feminino, descartável, com abas, 03 (três) linhas adesivas, tamanho normal. Embalagem em pacote contendo 08 (oito) unidades. Prazo mínimo de validade remanescente de 12 meses	100	100
22	1200	COMPRIMIDOS	Valeriana 50 mg, cápsula, Prazo mínimo de validade remanescente de 12 meses	600	600
23	2400	COMPRIMIDO	Complexo Homeopático Almeida Prado nº18, comprimidos, Prazo mínimo de validade remanescente de 12 meses	1200	1200
24	100	PACOTE	lenço umedecido com fragrância para bebês 50 folhas. Com validade mínima remanescente de 12 meses	50	50
25	60	FRASCO	Hidróxido de alumínio 37mg/ml+hidróxido de magnésio 40 mg/ml + simeticona 5mg/ml, com sabor, sem açúcar, suspensão oral, frasco com 240 ml. Com validade mínima remanescente de 12 meses.	30	30

6.0 - DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

6.1. O objeto deste Termo de Referência será custeado pelo Orçamento Ordinário deste Tribunal 2022/2023, conforme demonstrado no quadro abaixo:

CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Ordinário - Manutenção Geral
AGREGADOR	Assistência Médica e Odontológica
DESPESA AGREGADA	Material de Consumo Médico e Odontológico
PLANO INTERNO	ADM MATMOD

6.2. A execução orçamentária ocorrerá com a seguinte fonte: ADM MATMOD, sendo estimados R\$ _____ (_____) para o exercício de 2022 e R\$ _____ (_____) para o exercício de 2023.

7.0 - DO CERTAME LICITATÓRIO

7.0.1. ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO:

a) Trata-se bens comuns, posto que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações usuais no mercado e de atestações padronizadas para todos os licitantes. É possível afirmar que não haverá aferição de outros fatores que possam influenciar no preço final dos equipamentos. Dessa forma, deverá ser adotada a modalidade de pregão, na forma eletrônica, **para formação registro de preços, do tipo menor preço, por item, na forma de fornecimento parcelado**, consoante as condições definidas neste TR.

b) Para a seleção da proposta mais vantajosa da aquisição pretendida, sugere-se que seja adotado o **modo de disputa por LANCES ABERTOS, com intervalo mínimo de 0,5 (meio ponto percentual) entre os lances, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019.**



7.1 - DA APLICABILIDADE DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA PARTE DOS ITENS:

7.1.1. Considerando que os valores individuais estimados para esses itens da contratação pretendida não excedem R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), o certame deve garantir a **exclusividade** de participação de microempresas e empresas de pequeno porte, na forma estabelecida pelo art. 48, I, da LC 123/2006 e pelo art. 9º, inciso I, do Decreto n. 8.538/2015.

7.1.2. Diante do disposto no art. 6º do Decreto 8.538/2015 e considerando que o valor estimado (R\$ _____) está dentro do teto para licitações exclusivas para ME/EPP, não é aplicável a reserva de cota até o momento.

7.2 - DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

7.2.1. A aceitação das propostas e o recebimento do objeto deverão obedecer aos seguintes parâmetros:

- a) A proposta deverá informar, **necessariamente, a MARCA e o MODELO** do objeto ofertado.
- b) O Pregoeiro poderá solicitar ao licitante, informações mais detalhadas do objeto ofertado, podendo, inclusive, solicitar prospecto do item, assinalando prazo de até 02 (duas) horas para o envio, sob pena de recusa da proposta.
- c) Independentemente da alínea anterior, ocorrendo qualquer tipo de dúvida acerca da proposta da empresa licitante, este Tribunal se reservará ao direito de solicitar ou não o envio de amostra para análise, a qual deverá ser apresentada no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de desclassificação da proposta;
- d) O envio e a devolução da amostra de material previsto no item anterior devem correr a expensas da empresa licitante. A Administração reserva-se o direito de reter a amostra até o fornecimento do item adjudicado, a fim de verificar a compatibilidade da amostra com o item efetivamente entregue.
- e) Os medicamentos deverão estar estritamente de acordo com as especificações exigidas, inclusive no que diz respeito às especificações de embalagens, validade e garantias;
- f) Salvo se expressamente constar na especificação do objeto, não serão aceitos medicamentos que tenham sido objeto de quaisquer processos de recondicionamento e ainda os que se apresentarem fora das embalagens originais de seus fabricantes;
- g) As embalagens dos medicamentos deverão conter as respectivas especificações técnicas dos mesmos e as informações concernentes a seus fabricantes ou importadores;
- h) O período de garantia e o prazo de validade remanescente serão contados a partir da entrega do material, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório emitido pela Seção de Assistência Médica e Social. Quando não expressos nas especificações dos medicamentos, o período de garantia e o prazo de validade remanescente não poderão ser inferiores a 12 (doze) meses.

7.3 DA HABILITAÇÃO:

7.3.1 Não havendo exigência de habilitação específica, esta deverá ser feita de acordo com as regras definidas no edital."

8.0 – DO CONTRATO – OBRIGAÇÕES DAS PARTES, PAGAMENTO E PENALIDADES

8.0.1. O Contrato de fornecimento, no caso do presente instrumento, será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, "caput" e parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.

8.0.2. Além das disposições previstas no respectivo Edital de Licitação, aplicam-se à relação contratual, o disposto na Lei 8.666/93 e suas alterações subsequentes, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e a



Instrução Normativa TRE-RO n. 004/08 e, supletivamente, a Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras do Código Civil Brasileiro.

8.0.3. Como condição para emissão da Nota de Empenho, a adjudicatária deverá estar regular junto ao SICAF e/ou apresentar comprovante de regularidade perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), bem como apresentar CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS.

8.1. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I - Homologado o resultado da licitação, a adjudicatária será formalmente convocada para retirar, assinar e devolver a Ata de Registro de Preços que firmará o compromisso para futura aquisição, a qual corresponderá à minuta da Ata de Registro de Preços anexa ao edital adaptada à proposta vencedora, observadas as disposições da Lei n. 8.666/93.

a) a adjudicatária será convocada pela Seção de Contratos do TRE-RO, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI;

b) após a realização do cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, a adjudicatária será convocada, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para assinatura da Ata de Registro de Preços, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da convocação;

c) O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

II - Como condição para celebração da Ata de Registro de Preços, a adjudicatária deverá comprovar, no ato de sua assinatura, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS), à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça.

III - Com fundamento no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e no Art. 49 do Decreto n. 10.024/2019, ao adjudicatário regularmente convocado que não comprovar a regularidade exigida pelo item II deste Capítulo ou não assinar a ata de registro de preços, **será aplicada a multa de 30% (trinta por cento) do valor a ele adjudicado.**

IV - É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado (parágrafo único do artigo 13 do decreto 7.892/2013).

V - A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

VI - Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 01 (um) ano, podendo ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei n. 8.666/93 na forma disciplinada pelo edital do certame."

8.1.1. A Administração se obriga a:

a) requisitar o fornecimento dos medicamentos somente mediante emissão e entrega de Nota de Empenho de Despesa à compromissária do certame. A requisição dar-se-á conforme a existência de demanda de consumo deste Tribunal e recursos orçamentários disponíveis;

b) efetuar o recebimento provisório dos produtos entregues, no ato da entrega dos mesmos, acompanhados da Nota Fiscal, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório de Medicamentos emitido pela Seção de Assistência Médica do TRE-RO,



b.1) O recebimento provisório do produto entregue não implica sua aceitação.

c) efetuar o recebimento definitivo dos produtos entregues, após a verificação do cumprimento das especificações dos produtos, nos termos deste Termo de Referência e da proposta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo de Medicamentos emitido pela Seção de Assistência Médica do TRE-RO.

d) recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa de Materiais emitido pela Seção de Assistência Médica do TRE-RO, do qual deverá explicitar a razão da recusa do produto, os medicamentos entregues em que se tenha constatado:

d.1) produtos em desacordo com especificações estabelecidas neste termo de referência e na proposta da contratada;

d.2) produtos em embalagem não original do fabricante;

d.3) produtos em embalagem sem as respectivas especificações técnicas do produto e as informações concernentes a seus fabricantes ou importadores;

d.4) produtos que tenham sido objeto de quaisquer processos de acondicionamento;

d.5) produtos com período de garantia e o prazo de validade remanescentes inferiores a 12 (doze) meses, ou conforme especificado no objeto, contados da entrega do produto;

d.6) produtos apresentarem com quaisquer vícios de qualidade ou impropriedades para o uso.

e) efetuar o pagamento, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir de o recebimento definitivo ser atestado no verso da Fatura/Nota Fiscal pela Seção de Assistência Médica deste TRE-RO, sendo efetuadas as retenções legais.

e.1) no ato do pagamento, a contratada deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho;

e.2) nenhum pagamento será efetuado à futura contratada, enquanto pendente liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à futura contratada, observado o disposto no 8.3 deste instrumento;

e.3) nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)/365$$

$$I = (6/100)/365$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

e.4) a compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

8.1.2. Além de observar e cumprir as demais obrigações estabelecidas no Edital e nos seus anexos e Termo de Referência, respectivamente, obriga-se a futura contratada a:

a) entregar os medicamentos no prazo máximo de **30 (trinta) dias** consecutivos, contados a partir da retirada da Nota de Empenho;

a.1) a contratada deve entrar em contato através dos telefones nº (69) 3211-2041 / 3211-2106 / 3211-2068 para efetuar o agendamento da entrega.

a.2) o material solicitado deverá ser entregue na Seção de Assistência Médica e Social do Tribunal Eleitoral Regional de Porto velho –RO situado na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, CEP: 76805-901, mediante prévio agendamento.

b) substituir o material recusado, mediante agendamento, às suas expensas, no prazo máximo de 20 (vinte) dias consecutivos, contados a partir do recebimento do Termo de Recusa de Material;

c) recolher, mediante agendamento, a suas expensas, depois de efetuada a regular substituição, o material recusado, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir do vencimento do prazo estipulado para substituição.

c.1) expirado o prazo previsto para recolhimento do material recusado, este Tribunal se reservará o direito de proceder à devolução dos medicamentos recusados, preferencialmente através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT, e descontará o valor das respectivas despesas do crédito a que faça jus a contratada, em razão da efetiva e regular entrega dos medicamentos que lhe foram empenhados;

c.2) na hipótese de não existência de créditos em haver para com a contratada e ante o não recolhimento dos medicamentos recusados por parte da mesma e esta, mesmo após devidamente notificada, não emitir qualquer manifestação acerca da questão, fica este Tribunal no direito de efetuar o descarte dos medicamentos recusados da forma que melhor lhe convier, se ultrapassados 60 (sessenta) dias da notificação.

d) solicitar, se necessário, dentro do prazo de entrega, substituição ou recolhimento de medicamentos, a prorrogação do mesmo, a qual deverá ser devidamente justificada e dirigida à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal do Contrato, decidir acerca desses requerimentos.

d.1) somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa nº 004/2008- TRE-RO.

e) manter-se, durante toda a execução do contrato, e apresentar no momento do pagamento compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça;

f) comunicar, por escrito e imediatamente ao TRE-RO, na vigência do Contrato, a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

g) responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

h) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas à acordo entre as partes.

8.2. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.2.1. O descumprimento injustificado das obrigações de entrega e de substituição de produto recusado sujeita a Contratada à multa de 1% ao dia, até o limite de 10 (dez) dias, aplicada sobre o valor da parcela inadimplida, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

8.2.2. Quanto ao descumprimento de determinação do fiscal ou do gestor do contrato para cumprimento de obrigação contratual, em especial quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, tais como regularidade perante o SICAF, à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça, sujeita-se a contratada à aplicação das seguintes sanções:

a) primeiro atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 1% (um por cento), aplicada sobre o valor da Nota de Empenho da Despesa, se esta já houver sido emitida;

b) segundo atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 2% (dois por cento), aplicada sobre o valor da Nota de Empenho da Despesa, se esta já houver sido emitida;

c) terceiro atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 3% (três por cento), aplicada sobre o valor da Nota de Empenho da Despesa, se esta já houver sido emitida;

d) Quarto atraso injustificado de até 1 (um) dia ou primeiro atraso injustificado superior a 1(um) dia poderá caracterizar a inexecução contratual.

8.2.3. Se a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4o desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.2.4. As sanções aqui previstas podem ser cumuladas com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Edital.

8.2.5. Se a adjudicatária ou contratada não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela SELIC. Caso a mesma não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União.

8.2.6. Os procedimentos a serem adotados em cada penalidade estão descritos no Capítulo VI – Das Sanções Administrativas da Instrução Normativa nº 004/2008- TRE-RO.

8.2.7. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante.

9.0 – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

9.1. A gestão do contrato será realizada pelo titular da Seção de Assistência Médica, ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

9.2. A fiscalização do contrato será realizada pelo servidor Tiago Silva de Oliveira, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

9.3. A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços /entrega dos medicamentos.

9.4. A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros no Relatório de Serviços.

9.5. Os procedimentos adotados são os previstos neste Termo de Referência, na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008 e na legislação em vigor.



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Silva de Oliveira, Analista Judiciário**, em 07/06/2022, às 16:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0842351** e o código CRC **3494A0E1**.

0001436-63.2022.6.22.8000

0842351v2

Criado por 014142352305, versão 2 por 014142352305 em 07/06/2022 16:03:08.